INTERESSADO: Secretaria de Estado da Educação

ASSUNTO: Renovação de Convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Educação Cristã de São Paulo.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

RELATOR: Conselheiro João B. Salles da Silva

PARECER CEE Nº 850/76 APROV. EM 27/10/76

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

1.1 - A Associação de Educação Cristã de São Paulo - A.E.C./SP - em 29/9/75, encaminhou ofício ao Senhor Secretário da Educação solicitando a renovação do convênio firmado em 9/5/1968 (Processo SE nº 1006/72) e prorrogado em 18/12/72 (Parecer CEE nº 1782/72) com vigência até 1976.

1.2 - A referida entidade pleiteava uma verba correspondente a 2.000 (dois mil) salários mínimos que seriam calculados anualmente com base no salário mínimo regional de São Paulo durante os quatro anos de vigência do citado convênio.

1.3 - A A.E.E./SP juntou ao ofício os seguintes documentos: Justificativa; Demonstração das verbas destinadas ao atendimento de alunos carentes no decorrer dos dois últimos períodos; dados estatísticos sobre a realidade da Escola Católica e seu serviço à Educação Brasileira, ... e o Termo do Convênio.

1.4 - O Serviço de Relações Públicas da S.E. remeteu a solicitação da interessada à Seção de Finanças da DA para informar sobre disponibilidades financeiras.

1.5 - A referida Seção, em 13/10/75, cumpriu o pedido dizendo ter sido prevista a importância de Cr\$ 10.400.000,00 (unidade 08.01.02 Divisão de Administração da Secretaria, elemento 3.2.1.5) "... para atender despesas decorrentes de convênios em vigor, bem como para a celebração de novos, estando esta unidade em condições de atender à solicitação do presente processo"

1.6 - O Sr. Chefe de Gabinete encaminha o pedido à Consultoria Júri-

dica para manifestar-se a respeito, e esta assim se pronuncia: a) a
/ser
fixação de valores monetários não poderá feita em salários mínimos
/próprios

(Lei Federal nº 6.205/75); b) os órgãos da Secretaria devem informar sobre disponibilidades de vagas no ensino de 1º e 2º graus nos estabelecimentos oficiais situados nas cidades abrangidas pelo Convênio; a manifestação do representante da Pasta que acompanhou o cumprimento das cláusulas do convênio anterior deverá ser anexada aos autos; o Egrégio Tribunal de Contas do Estado deverá fornecer atestado liberatório indicando que a entidade prestou contas, devidamente aprovadas, das subvenções recebidas do Estado.

1.7 - O Sr. Coordenador do ensino Básico e Normal solicitou informações das Divisões Regionais visando a atender o pedido constante da alínea "b", da Consultoria Jurídica, tendo sido cumprida a diligência.

1.8 - As fls. 82 do Processo, o Serviço de Relações Públicas informa a S.Exa., o Sr. Secretário da Educação (26/11/1975), sobre a distribuição dos recursos destinados a convênios e dos processos em exames. De acordo com a informação em apreço, para o ano de 1976, excluindo os recursos comprometidos, a disponibilidade era de Cr\$. 8.961.000,00.

1.9 - Às fls. 84, é ainda o Serviço de Relações Públicas que remete ao Sr. Secretário novas informações sugerindo que a subvenção pleiteada, em 2.000 salários mínimos, poderia ser de Cr\$ 1.065.600,00 para o exercício de 1976 quantitativo equivalente.

1.10 - Às fls. 86, a Secretaria da Diretoria da A.E.C./SP, em carta dirigida à Equipe Técnica de Planejamento, envia-lhe cópia das Prestações de Contas encaminhadas ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

1.11 - As fls. 88, consta a Declaração nº 916/75, do T.C. informando que a entidade (A.E.C./SP) "... apresentou comprovação da aplicação de todos os auxílios e subvenções recebidos dos cofres públicos estaduais e municipais, devida(s) até a presente data, nada havendo, por parte deste Tribunal, que a impeça de receber novos auxílios e subvenções".

1.12 - Das fls. 90 a 103 constam as prestações de contas da A.E.C./SP referentes às verbas destinadas aos estabelecimentos associados, com anuidades baixas e deficitárias.

1.13 - A Equipe Técnica de Acompanhamento e Controle de Projetos e Convênios, em 29/3/76 (informação nº 131/76), pronuncia-se a respeito do processo após obter mais informações da Associação de Educação Cristã de São Paulo com o propósito de poder opinar sobre o montante da subvenção. A importância (Cr\$ 1.065.600,00) é considerada razoável pois a A.E.C./SP estimou o custo aluno em Cr\$ 770,00 para a anuidade de 1976 sendo possível atender-se 3.000 alunos, aproximadamente. Em seu pronunciamento, opina ainda, a Equipe, pela necessidade da apresentação, pela Associação, de plano de aplicação, detalhamento de objetivos, escolas envolvidas, etc.

1.14 - O Sr. Secretário, em despacho exarado na Informação nº 131/76 da Equipe Técnica, apõe seu "De acordo" e pede providências para a assinatura do convênio.

1.15 - A referida Equipe elaborou minuta do documento que foi transmitido a Consultoria Jurídica tendo esta sugerido alterações e pedido nova minuta, o que é feito, principalmente no sentido de atender às instruções contidas na Portaria MEC nº 621, de 7/11/75 sobre bolsas de estudos.

1.16 - Finalmente, em 16/9/76, a Assessoria Técnica do Planejamento e Controle Educacional, após nova manifestação favorável da Divisão de Finanças do Departamento de Administração, propõe a remessa do Convênio a este Conselho Estadual de educação.

2. APRECIÇÃO

2.1 - Em seu brilhante Parecer CEE nº 1.782/72, o nobre Conselheiro Eloysio Rodrigues da Silva tece considerações sobre a necessidade e conveniência do Governo oferecer apoio técnico e financeiro à iniciativa privada, no campo da educação.

2.2 - A Lei Federal nº 5.692/71, estabelece no artigo 45: "As instituições de ensino mantidas pela iniciativa particular merecerão apoio técnico e financeiro do Poder Público, quando suas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização, e a suplementação de seus recursos se revelar mais econômica para o atendimento do objetivo. Parágrafo Único: O valor dos auxílios concedidos nos termos deste artigo será calculado com base no número de matrículas gratuitas na modalidade dos respectivos cursos, obedecidos padrões mínimos de eficiência previamente estabele-

cidos e tendo em vista seu aproveitamento.

2.3 - A subvenção concedida pela Secretaria da Educação à A.E.C./SP visa "... à manutenção de alunos menos favorecidos ou desprovidos de recursos materiais para realizarem estudos de 1º e 2º graus, nos estabelecimentos de ensino a ela filiados ou congregados".

2.4 - Deverão ser atendidos, com a subvenção de Cr\$ 1.065.600,00 cerca de 3.000 alunos, sendo prevista a anuidade de Cr\$ 770,00 por aluno, sendo esse custo, a nosso ver, bastante reduzido considerando-se as anuidades escolares exigidas pela rede de ensino particular.

2.5 - A Associação de Educação Cristã de São Paulo, buscando ampliar sua área de influência, pelas suas realizações, se faz merecedora de reconhecimento pelos benefícios que vem aportando aos jovens o à orientação e assistência técnica que presta as escolas associadas ou congregadas.

2.6 - O Convênio a ser aprovado por este Conselho consta de 11 cláusulas, assim resumidas:

2.6.1 - Cláusula Primeira:- Estabelece a subvenção de Cr\$.
1.065.600,00, para o ano de 1976, a ser paga pelo Governo do Estado por intermédio da Secretaria da Educação.

2.6.2 - Cláusula Segunda:- A A.E.C./SP obriga-se a apresentar, até 30 dias após o recebimento da subvenção, relatório de sua aplicação. Para os anos de 1977, 78 e 79, o valor da subvenção será fixada mediante Plano de Aplicação, sujeito à aprovação da Assessoria Técnica do Planejamento.

2.6.3 - Cláusula Terceira:- A Associação compromete-se a ministrar ensino gratuito ou semi-gratuito a alunos desprovidos de recursos materiais ou menos favorecidos.

2.6.4 - Cláusula Quarta:- Nesta cláusula são indicados os elementos que devem constar do Plano de Aplicação.

2.6.5 - Cláusula Quinta:- O Plano de Aplicação deverá ser aprovado pela A.T.P. que fixará a subvenção e providenciará a liberação de recursos.

PROCESSO CEE Nº 970/72

PARECER CEE Nº 850/76

2.6.6 - Cláusula Sexta:- Define o elemento orçamentário ~~era~~ que incidirão as despesas no corrente exercício.

2.6.7 - Cláusula Sétima:- Dispõe que em havendo sobras de recursos, estas serão recolhidas aos cofres públicos.

2.6.8 - Cláusula Oitava:- Determina que a Associação deve prestar os esclarecimentos solicitados pelos órgãos da S.E. e permitir amplo acesso as suas dependências e as dos estabelecimentos de ensino para fins de fiscalização e verificação do cumprimento das cláusulas .

2.6.9 - Cláusula Nona:- Estabelece que a prestação de contas deve ser feita à Unidade Financeira pagadora.

2.6.10 - Cláusula Décima:- Fixa a vigência do Convênio em 4 anos.

2.6.11 - Cláusula Décima Primeira:- Elege-se o foro da Capital para dirimir questões.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto voto pela aprovação do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação de educação Cristã - de São Paulo, objetivando a concessão, para o ano de 1976, da subvenção de Cr\$ 1.065.600,00 (hum milhão, sessenta e cinco mil e seiscientos cruzeiros) destinada à manutenção de alunos menos favorecidos ou desprovidos de recursos materiais, para realização de estudos de 1º e 2º graus, nos estabelecimentos de ensino filiados ou congregados à Associação.

São Paulo, 28 de outubro de 1976.

João Baptista Salles da Silva
CONSELHEIRO

III - DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, adota com seu Parecer o voto do relator.

Presentes os nobres Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, Maria de Lourdes Mariotto Haidar.

São Paulo, 27 de Outubro de 1.976.

a) Consº João Baptista Salles da Silva
Vice - Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 27.10.76

a) Consº Luiz Ferreira Martins
Presidente.